

## Editorial v. 8, n. 2

### Brasil: três distopias contemporâneas<sup>1</sup>



*[...] hoje, qualquer pessoa ou organização pode funcionar como uma emissora de rádio ou de imagens produzindo notícias, comentários e opiniões com grande alcance. Pode, portanto, interferir na opinião pública, até mesmo por meio de falsidades – as chamadas fake news. [...] Seja como for, esse panorama, naturalmente, também afeta a História. Antigas concepções negacionistas ganham força, como, no caso brasileiro, a falsa suposição de que não houve uma ditadura militar ou de que não há racismo no país. A positividade da existência plural de interpretações é conspurcada pela defesa de versões opinativas não fundamentadas – o que amplifica a importância do ensino escolar da disciplina História, pois o debate de tendências historiográficas diversas não se confunde com a legitimação de quaisquer versões: a opinião é livre, mas ela não é conhecimento objetivo. (FICO, 2021, p. 34, grifos do autor).*

*Naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários que, não raro, lançam mão de narrativas edulcoradas como forma de promoção do Estado e de manutenção do poder. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros. Além da metáfora falaciosa das três raças, estamos acostumados a desfazer da imensa desigualdade existente no país e a transformar, sem muita dificuldade, um cotidiano condicionado por grandes poderes centralizados nas figuras dos senhores de terra em provas derradeiras de um passado aristocrático. (SCHWARCZ, 2019, p. 19).*

A equipe da revista *Faces da História* alegra-se por publicar seu segundo número, o último de 2021. Este exemplar abre-se com a entrevista de Steven Shapin, professor de História da Ciência na Universidade de Harvard, logo seguida por 09 artigos do dossiê *História da Ciência em debate: possibilidades, fontes e horizontes de pesquisa*<sup>2</sup> e, finalmente, 05 manuscritos na seção de Artigos Livres.

---

<sup>1</sup> Subtítulo inspirado na ideia antônima de WOLFF, 2018.

<sup>2</sup> A esse respeito, ver a apresentação escrita pelos coordenadores Charles Nascimento de Sá, Francisco Rômulo Monte Ferreira e Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva.

Antes de considerar sobre os textos que integram a seção de Artigos Livres, é fundamental agradecer o rigoroso trabalho do conselho editorial de *Faces da História*, formado exclusivamente por estudantes do mestrado e do doutorado em História da Unesp; dos revisores e revisoras gramaticais e de língua estrangeira; dos coordenadores do dossiê, professores Charles Nascimento de Sá, Francisco Rômulo Monte Ferreira e Luiz Cambraia Karat Gouvêa da Silva; dos/das pareceristas de todas as seções, cujas avaliações às cegas permitiram a apreciação crítica dos artigos e dos autores e autoras que escolheram encaminhar seus textos para a revista. Os agradecimentos reforçam que a atividade de edição de periódico científico requer a participação efetiva de intelectuais já consagrados pelo campo acadêmico e de, neste caso, alunos em formação, o que demonstra, de fato, a preocupação do ambiente universitário com a autonomia intelectual, que funciona “[...] criando barreiras na entrada, excluindo a introdução e a utilização de armas não específicas, favorecendo formas reguladas de competição, somente submetidas às imposições da coerência lógica e da verificação experimental.” (BOURDIEU, 2004, p. 42-43).

Como já se consagrou na revista, a seção de Artigos Livres constitui-se na divulgação de temáticas variadas, tendo em mira público com interesses diversos, que pretende conhecer e aprofundar as discussões a respeito da produção historiográfica especializada e a mais atual. Os cinco artigos que compõem a seleção que agora divulgamos atendem a habitual opção editorial de atualizar a cada número as escolhas de textos a partir de temas, abordagens e recortes distintos, mas que demandam destaques específicos em suas apresentações.

A princípio, contamos com a colaboração de Milton Luiz Torres, quem abre esta seção com o manuscrito *Apolônio de Tiana e Seus Discípulos: Elementos Religiosos no Antigo Magistério Filosófico*. O autor traz a público alguns aspectos da vida religiosa do filósofo e curandeiro Apolônio (c. 3 a. C.-97 AD), bem como os principais preceitos difundidos aos seus discípulos. Para empreender a análise desses aspectos, Torres mobilizou a biografia de Apolônio, escrita por Filostrato (c. 170-247) na Dinastia Severa durante o Império Romano. Ao longo do artigo, o autor constata também a recepção e interferência dessa obra nas questões religiosas à época romana e a comparação a respeito do biografado com a figura religiosa de Jesus Cristo, a quem se atribuiu qualidades semelhantes.

Na sequência, Luciano José Viana e Edjane Borges Fonseca propõem reflexão interdisciplinar em *A utilização de filmes na formação de professores de História: possibilidades sobre a História das Mulheres com o filme Em Nome de Deus (1988)*. A análise fílmica realizada por ambos enfatiza diversos aspectos que podem ser utilizados

no ensino de História e nos processos formativos docentes, a saber: a reflexão sobre o destacado protagonismo feminino da personagem de Heloísa, na França do século XII, que permite considerar sobre os possíveis papéis sociais das mulheres no mundo medieval; as discussões políticas formuladas pelo movimento feminista nos anos 1960 nos Estados Unidos, que demandaram a inclusão das mulheres na indústria cinematográfica no contexto de produção do filme, em 1988 e, por fim, voltado ao nosso presente, o modo como a fonte utilizada favorece o ensino sobre a história das mulheres na Educação Básica.

No artigo de Guilherme Stipp Neto, Roberta Barros Meira e Fernando César Sossai, intitulado *Os caminhos da extensa rede comercial ervateira e o seu excepcional papel em Joinville (1851-1890)*, encontramos a análise do processo de integração da cidade catarinense à economia da erva-mate na região sul do país, na segunda metade do século XIX. Joinville, formada a partir da colonização germânica, constituiu-se, posteriormente, numa oligarquia interessada em expandir negócios por meio da economia ervateira que viabilizou a construção de uma ampla estrutura de produção, comércio e consumo dessa mercadoria em Santa Catarina. Neto, Meira e Sossai utilizaram os principais registros sobre a formação dessa rede comercial, quais sejam, fontes da imprensa local, documentos oficiais, a exemplo dos relatórios da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e relatos de viajantes que constataram protagonismo regional na economia do estado.

Impacto ambiental e as transformações sociais após a construção de uma usina hidrelétrica na cidade de Amambai-MS nos anos 1950 são analisados em *As águas do Panduí e a sua transformação após a instalação da usina hidroelétrica* por Ilyane do Rocio Kmitta. A autora investiga, numa perspectiva de longa duração, a história política local a fim de evidenciar os trâmites que favoreceram a construção da usina por intermédio de Ernesto Vargas Baptista, prefeito que viabilizou o empreendimento junto ao setor privado. Com efeito, a intervenção no rio Panduí resultou ao longo desses anos em sua degradação, sobretudo na contemporaneidade após o início da ação mineradora no local.

Por fim, Samuel da Silva Alves finaliza esta seção com o artigo *O “fenômeno Brizola” no Rio Grande do Sul (1945-1958): domínio de um habitus político e a conquista do coração do eleitor* em que analisa as eleições para o governo do estado em 1958. Como instrumental teórico, Alves valeu-se do *habitus*, conceito proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu, para investigar a popularidade de Brizola e o domínio da linguagem e da retórica adequadas à conquista do seu público. Ao longo do texto, o autor constata, entre uma série de fatores, que a liderança do político contou com a difusão

radiofônica de suas propostas, principal meio para efetivar a comunicação com o seu eleitorado, estratégia que, segundo o autor, garantiu a sua expressiva vitória no pleito eleitoral de 1958.

Nesta época do ano, são comuns nos meios de comunicação, sobretudo na tevê, retrospectivas ou balanços dos principais acontecimentos do período que se finda, objetivando transmitir análises preocupadas com o passado e a prospectar futuros. Mas é importante que se diga que tal ação, a despeito de apresentar eventos pretéritos e conteúdo analítico, é distinta da natureza do ofício de historiador, porque a tarefa deste não se trata de apenas rever os principais acontecimentos de um único ano, organizá-los em ordem cronológica, debatê-los em poucos minutos ou formar juízos de valor sobre fatos diversos. Ao contrário, historiadores, como já é bem sabido dos especialistas, investigam, problematizam, questionam, lançam hipóteses sobre o passado, seja o mais distante ou recente, motivados por problemas que ecoam na contemporaneidade e munidos de documentos e ferramental teórico-metodológico, o que define a atividade de construção de conhecimento científico.

A despeito dessa tentativa de divulgar conteúdo intelectual e do compromisso com a transmissão de dados fidedignos, a imprensa não passa incólume à análise apurada de historiadores, porque veículos de comunicação dirigem-se ao grande público e apresentam política editorial, que carece de ser compreendida. Ademais, por vezes, meios de comunicação comentem equívocos na transmissão de notícias (LEAL, 2021), mas, determinado ato, ainda que problemático, não se equipara com a novidade, ou seja, os disparos consentidos de *fake news*, acompanhados de discursos negacionistas, que inundam nosso cotidiano através das redes sociais, porque são fabricações cuja intenção é espalhar mentiras.

*Fake news* e negacionismo também têm sua historicidade (NAPOLITANO, 2021), mas, atualmente, ganham novos contornos devido à instantaneidade da circulação e acabam por encontrar solo fértil na sociedade brasileira cuja herança é autoritária, uma vez que não é estimulada para o diálogo democrático. São justamente esses os três problemas mais graves que necessitam de ser compreendidos pelos historiadores da contemporaneidade: negacionismo, *fake news* e autoritarismo. Assistimos nos últimos anos, inclusive no Brasil e sobretudo a partir da pandemia de Covid-19, a discursos mitomaniacos que desacreditam desde a ciência histórica à medicina, ao contrariar a obrigatoriedade da utilização de máscaras, incentivar o uso de medicamentos ineficazes para tratar o vírus, negar de modo contumaz a eficácia de vacinas, incitar a invasão de hospitais para identificar irregularidades, para ficar nos assuntos mais divulgados.

Diante desse cenário distópico, cabe-nos a pergunta: qual lugar, ou melhor, há lugar reservado à utopia? Tendo em vista que a utopia de alguns grupos pode ser considerada distopia por outros (PORTELA; PINTO, 2019), a exemplo da posição adotada pela comunidade acadêmica, não podemos arrefecer nosso desejo de ver, se não o fim, ao menos a diminuição dessas práticas ora descritas. Saídas? Arriscam-se algumas, que vão desde a judicialização das atitudes criminosas de divulgação de notícias falsas e de discursos que negam dados à educação formal, porque “[...] o investimento numa formação educacional sólida, ampla e equânime pode abalar o ceticismo que tomou a sociedade brasileira e animar a boa utopia de uma sociedade mais informada, leitora, crítica e capaz de dialogar.” (SCHWARCZ, 2019, p. 220). Essa também é a nossa expectativa para o futuro e esperamos que esta publicação possa contribuir para animar as esperanças de construção de um horizonte mais promissor.

Finalmente, a despeito de avanço na vacinação contra a Covid-19, contabilizam-se mortes, o que demonstra a letalidade do vírus. Por isso, o apoio incondicional aos pesquisadores e institutos dedicados à produção de vacinas e demais medicamentos que objetivam solucionar essa e outras doenças. Editores e conselho editorial da revista *Faces da História* prestam solidariedade aos familiares das vítimas e o desejo de que essa ferida, hoje aberta, um dia cicatrize.

Boa leitura!

Marcela dos Santos Alves

 <https://orcid.org/0000-0003-4972-386X>

Daniel Alves Azevedo

 <https://orcid.org/0000-0001-8133-3832>

João Lucas Poiani Trescentti

 <https://orcid.org/0000-0002-1801-6882>

## Referências

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004. [1997]. (Conferência e debate organizados pelo grupo *Sciences en Questions*, Paris, INRA, 11 de março de 1997).

FICO, Carlos. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. *In*: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela História – desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 25-50.

LEAL, Bruno. *Fake news: do passado ao presente*. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela História – desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 147-174.

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Novos combates pela História – desafios, ensino*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 85-114.

PORTELA, Millena; PINTO, Maria Aracy Bonfim Serra. Um presente para o futuro: a distopia contemporânea e suas interseções com a experiência pós-moderna. *Literatura e Autoritarismo*. Santa Maria/RS, n. 22, p. 121-136, set. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/39202/21839>. Acesso em 07 dez. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. 1. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WOLFF, Francis. *Três utopias contemporâneas*. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Editora Unesp, 2018. [2017].